

COLABORARAM PARA ESTE VOLUME:

- FRANCISCO IGLÉSIAS, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais (Vida Política, 1848-1866).
- J. A. SOARES DE SOUSA, historiador, Niterói (O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas).
- EMÍLIA VIOTTI DA COSTA, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (O escravo na grande lavoura).
- PAULA BEIGUELMAN, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (O encaminhamento político do problema da escravidão no Império).
- CARLOS H. OBERACKER JR., historiador, São Paulo (A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola).
- SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (As colônias de parceria).
- FRANK GOLDMAN, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Estado de São Paulo (Aspectos das migrações norte-americanas após a guerra civil).
- TERESA SCHORER PETRONE, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Imigração assalariada).
- OCTAVIO IANNI, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (O progresso econômico e o trabalhador livre).
- JOAO CRUZ COSTA, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (O pensamento brasileiro sob o Império).
- ANTONIO CANDIDO DE MELLO e SOUZA, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (A literatura durante o Império).
- AMÉRICO JACOBINA LACOMBE, diretor da Casa de Ruy Barbosa, Ministério da Educação, Rio de Janeiro (A cultura jurídica).
- FRANCISCO CURT LANGE, do Instituto Interamericano de Musicologia, Montevideu, Uruguai (A música erudita na Regência e no Império).
- MÁRIO BARATA, da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro (As artes plásticas de 1808 a 1889).
- EGON SCHADEN, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Exploração antropológica, em colaboração com João Baptista Borges Pereira).
- JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA, instrutor da cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Exploração antropológica, em colaboração com o Prof. Egon Schaden).
- OLIVÉRIO M. OLIVEIRA PINTO, do Departamento de Zoologia, Secretaria da Agricultura, São Paulo (Viajantes e naturalistas).
- LYCURGO SANTOS FILHO, historiador e médico, Campinas, São Paulo (Medicina no período imperial).

PETRONE M.T.S.
HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Sob a direção de SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, professor catedrático de "História da Civilização Brasileira" na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P., assistido por PEDRO MOACYR CAMPOS, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P.

Publicada sob os auspícios da

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

TOMO II

O BRASIL MONÁRQUICO

3.º Volume

REACÇÕES E TRANSAÇÕES

por

FRANCISCO IGLÉSIAS, J. A. SOARES DE SOUZA, SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, CARLOS H. OBERACKER JR., TERESA SCHORER PETRONE, FRANK GOLDMAN, EMÍLIA VIOTTI DA COSTA, OCTAVIO IANNI, PAULA BEIGUELMAN, JOÃO CRUZ COSTA, ANTONIO CANDIDO MELLO e SOUZA, AMÉRICO JACOBINA LACOMBE, FRANCISCO CURT LANGE, MÁRIO BARATA, EGON SCHADEN e JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA, OLIVÉRIO M. DE OLIVEIRA PINTO, LYCURGO SANTOS FILHO

2.ª edição



DIFUSÃO EUROPÉIA DO LIVRO

São PAULO
1969

981
H 722
2. ed.
F. 2.-V.

38925

PASTA N°: 07
QTD. FLS.: 12

IMIGRAÇÃO ASSALARIADA

CAPITULO VI

A situação na Itália

NO SÉCULO passado, devido aos problemas políticos, à pressão econômica e social, à carestia etc., apareceram no cenário mundial correntes emigratórias que da Europa se dirigiam para as novas áreas, tais como os Estados Unidos, a Austrália e a América do Sul que necessitavam de mão-de-obra e que ofereciam esperanças de uma vida mais fácil e melhor aos imigrantes. Uma grande parte do contingente emigratório do século passado proveio da Itália, onde, devido às condições econômicas, fruto em parte das lutas políticas pela unificação e em parte, ainda, herança das antigas formas de divisão de terras, abundava a mão-de-obra à procura de uma atividade que lhe permitisse viver melhor. Convém ressaltar que a unificação, na medida em que aboliu as barreiras alfandegárias, influiu sobre a estrutura industrial do Sul, criando condições para desenvolvimento e subemprego, o que vem explicar a existência de populações urbanas entre os emigrantes. A emigração constituiu para a Itália uma verdadeira válvula de escape, coisa reconhecida aliás pela própria administração, que, devido aos grandes gastos causados pelas lutas e pela organização do governo unificado, nunca conseguiu levantar o nível de vida de grande parte da população; pelo contrário, teve que onerá-lo ainda mais com o aumento de impostos necessário para sanar o grande déficit orçamentário existente.

Grande parte da população italiana vivia do trabalho da terra, sendo que o censo de 1881 aponta 8.550.000 trabalhadores agrícolas para 4.416.079 industriais. O problema, entretanto, era que somente cerca de um sexto dos agricultores cultivavam a própria terra; para os outros havia pouquíssimas esperanças de se tornarem uma dia proprietários. Esse proletariado do campo, junto com o das cidades, cujos níveis de vida eram bastante baixos e que não tinham muita probabilidade de melhorá-lo, eram os visados pela propaganda dos países necessitados de mão-de-obra, entre os quais aparece o Brasil, onde o braço escravo estava destinado a desaparecer mais cedo ou mais tarde.

O problema de mão-de-obra tornou-se agudo principalmente depois da abolição do tráfico de escravos em 1850. A solução para a crise de mão-de-obra já era conhecida desde antes da Independência, quando D. João VI percebeu a necessidade de atrair os primeiros colonos, embora não com o objetivo

direto de substituir o escravo. Essa necessidade de mão-de-obra tornava-se sempre mais premente devido a uma cultura relativamente nova — o café — que avançava sempre mais e que ocupava áreas sempre maiores. O café, penetrando para o Oeste da Província de São Paulo, precisava de mão-de-obra mais abundante, tanto para formar novos cativeiros, como para a manutenção dos já existentes, e os escravos rareavam. Aos filantropos que combatiam a escravidão juntaram-se os economistas que demonstraram aos fazendeiros que o trabalho servil era antieconômico, já pelo próprio preço do escravo, já pela sua pequena produção em comparação com o braço livre (1), já pelo risco que corriam em ver desaparecer essa mão-de-obra-mercadoria com a abolição. Reclmamente com uma organização quase capitalista que se esboçava nas fazendas de café, era incompatível o trabalho escravo, pois esse correspondia com seu preço de compra a um adiantamento a longo prazo com um lucro muitas vezes incerto. Os fazendeiros perceberam que o trabalho livre era mais vantajoso do ponto de vista econômico, embora custassem a se acostumar à idéia de não mais ter escravos; daí, por exemplo, a tentativa desesperada de introduzir coolies chineses, tentativa essa que, entretanto, fracassou. Mesmo a substituição do escravo pelo trabalhador livre, nas condições em que se verificou, não conseguiu romper certos aspectos da instituição da escravidão, surgindo daí condições para ditos.

Da colônia de parceria ao trabalhador assalariado

Antes de aparecer o italiano como principal mão-de-obra livre nas fazendas de café, tinha-se feito a experiência das colônias de parceria com imigrantes alemães, portugueses e suíços. Esse sistema de parceria introduzido pelo Senador Vergueiro fracassou e foi paulatinamente substituído pelo de mão-de-obra assalariada.

Por volta de 1860 o sistema de parceria tendia a ser abandonado, aparecendo em muitas fazendas a locação de serviços, para depois surgir uma nova forma de contrato, que perdurou durante muito tempo e pelo qual a renda do colono (2) provinha de uma soma fixa para cuidar de mil pés de café e, além disso, recebia uma soma determinada por alqueire de café colhido. Continuava, pois, o colono diretamente interessado no volume da colheita, embora em menor escala do que no sistema de parceria.

No sentido restrito da palavra, portanto, não se deveria falar em colono assalariado, já que uma parte de sua renda provinha da quantidade de café colhido. Costumou-se chamar esse sistema de assalariado, em oposição ao de parceria. Na realidade a condição do colono assalariado na fazenda

(1) Martinho Prado Júnior, grande fazendeiro e propugnador da imigração italiana para São Paulo, afirmava que um trabalhador livre equivalia a três escravos.

(2) É curioso notar que a palavra colono, enquanto no resto do país é usada para designar o pequeno proprietário, adquiriu em São Paulo um sentido diverso: trata-se do empregado da fazenda de café.

de café é sui generis, difficilmente encontrada em qualquer outro lugar. Entre esses dois sistemas, o de parceria e o assalariado, surgiu uma variedade considerável de tipos de contrato, tais como, por exemplo, o pagamento do preço fixo por alqueire de café colhido, o pagamento de salário mensal etc. A vantagem do sistema assalariado sobre o de parceria era que as condições eram mais claras e positivas, diminuindo, portanto as possibilidades de dolo entre fazendeiro e colono.

No início do regime assalariado o fazendeiro ainda recorria muitas vezes ao contrato de imigrantes diretamente na Europa, como acontecia no sistema de parceria; com o correr do tempo, entretanto, empregava de preferência imigrantes já existentes na Província, imigrantes espontâneos ou trazidos pelo governo. Isso é importante, pois dessa maneira o imigrante podia escolher a fazenda que mais lhe conviesse, não estando mais preso ao contrato que, desconhecendo completamente as condições do país, assinara na Europa e que, em geral, era contrário aos seus interesses.

A tarefa de atrair colonos assalariados ficou para o governo. Logo *Atritos* no início do sistema assalariado encontram-se referências ao emprego de mão-de-obra nacional ao lado da estrangeira, ao passo que no de parceria só existiam estrangeiros. Enquanto o sistema de parceria causou muitos diltos entre os imigrantes e os fazendeiros, que repercutiam inclusive nos países de origem desses imigrantes, o regime a base de salário, embora também tenha dado origem a descontentamentos e queixas, constituiu um verdadeiro chamariz de imigrantes, principalmente italianos. O crescimento da onda imigratória está intrinsicamente ligado à necessidade sempre maior de braços, devido à agonia do regime escravocrata e ao aumento das plantações de café. Um chamariz também era a possibilidade e a esperança suscitada pela propaganda de São Paulo de os imigrantes se tornarem pequenos proprietários após alguns anos de trabalho na fazenda de café.

A corrente imigratória italiana para São Paulo

A corrente imigratória italiana para São Paulo, em-bora constitua na última década do Império a mais importante fornecedora de mão-de-obra para o café, atingindo proporções jamais imaginadas, começou tardiamente em comparação com as outras. A portuguesa, a alemã e a suíça são as primeiras e praticamente as únicas na primeira metade do século passado. Grande parte desses imigrantes destinavam-se às colônias de parceria. Enquanto a corrente espanhola começou em 1856 e a austríaca em 1872, a italiana só se fez sentir a partir de 1874. Em 1875 o Conselheiro Meneses e Sousa afirmava que os italianos se "entregam à pequena indústria e, ultimamente, à mascateação, na qual, graças a uma perseverança fora do comum e extrema sobriedade nas despesas, conseguem acumular capitais, e às vezes regular fortuna. Não são auxiliares para a agricultura." Vê-se que Meneses e Sousa não tinha razão absolutamente, pois logo depois o grosso da imigração italiana se dirigiu para a agricultura, ou nas peque-

nas propriedades nos núcleos coloniais ou nas grandes fazendas de café paulistas. Além, os próprios paulistas, como verificou o francês Louis Couty em 1879, não davam o devido valor aos imigrantes italianos, pensando que não pudessem competir com os escravos nos trabalhos agrícolas. Os fazendeiros, entretanto, logo mudaram de idéia e tudo fizeram para atrair o maior número possível de italianos; perceberam que esses colonos se adaptaram muito bem ao trabalho no caféal que se expandia sempre mais e que exigia sempre mais braços.

O primeiro grande grupo de italianos chegou à Província de São Paulo em 1877, num total de cerca de 2 000 imigrantes, mas é depois de 1882 que a corrente imigratória terá um crescimento contínuo para atingir 80 749 passos em 1888 (3).

Antônio Prado, em discurso no Senado em 1888, mostra alguma preocupação com o aumento da corrente imigratória para São Paulo, pois poderia surgir o problema de onde se colocariam os imigrantes quando as necessidades das fazendas de café no que diz respeito à mão-de-obra estivessem satisfeitas e quando faltassem terras devolutas para a formação de núcleos coloniais.

São responsáveis por essa última cifra a abolição da escravidão e o fato de terem sido praticamente difíceis os últimos anos da década de 80 para a vida econômica da Itália. No período de 1874 até 1889 entraram na Província de São Paulo 10 065 imigrantes italianos, formando cerca de três quartos do número total de imigrantes entrados, que foi de 136 554. Comparem-se essas cifras com os 18 589 imigrantes entrados durante os 50 anos entre 1827 e 1877, dados em que respectivamente se localizaram os primeiros imigrantes europeus na Província e em que apareceu o primeiro grande grupo de italianos. De 1874 a 1889 entraram no Brasil 320 373 italianos: quase a metade, portanto, se localizou em São Paulo. Esse afluxo contribuiu para aumentar a população paulista, além de modificar sensivelmente sua composição. Alfred Marc chama atenção para o fato de, em 1889, mais de um décimo da população de São Paulo ser constituída por imigrantes europeus, ao passo que em 1886 estes ainda constituíam apenas 5%. Sendo o italiano o mais numeroso, pode-se bem avaliar sua influência. Se em 1872 a Província de São Paulo ocupava o quarto lugar quanto à

(3) O número de italianos entrados em São Paulo durante o Império é o seguinte:

1874 —	5	1882 —	1 866
1875 —	126	1883 —	3 155
1876 —	—	1884 —	2 169
1877 —	2 006	1885 —	4 176
1878 —	706	1886 —	6 094
1879 —	568	1887 —	27 325
1880 —	97	1888 —	80 749
1881 —	—	1889 —	19 025

população estrangeira depois do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, em 1890 occupava o primeiro. As fazendas abertas depois de 1880 tinham quase exclusivamente imigrantes assalariados como mão-de-obra, desaparecendo, portanto, uma das causas a que se attribua em parte o descontentamento dos colonos: o colado como os escravos. O italiano entrou no começo como elemento supletivo do braço escravo e depois de 1886, quando a onda abolicionista já attinge profundamente São Paulo, como substitutivo.

Proveniência dos imigrantes

Segundo testemunhos da época, a maioria dos italianos que se localizaram nas fazendas de café durante o Império, provinham das classes camponesas de norte da Itália; os meridionais só formaram um contingente apreciável mais tarde, na República, localizando-se de preferência nas cidades, especialmente em São Paulo. Também Robert Foerster, com toda a sua autoridade, é de opinião de que nos primeiros anos de grande imigração para o Brasil predominaram os imigrantes do Norte da Itália, formando mais de quatro quintos do total e que só depois de 1902 se localizaram nas cidades numerosos italianos do Sul. A Ligúria, o Piemonte, a Toscana, a Lombardia e o Vêneto forneceram a maioria dos colonos das fazendas de café. Os italianos se localizaram de preferência no Oeste paulista onde o café e a estrada de ferro avançavam e onde rareava o escravo principalmente nas fazendas mais novas. Nas áreas mais novas, tais como os municípios de São Simão e Ribeirão Preto, quase todas as plantações foram feitas por italianos. O vale do Paraíba, com suas fazendas mais antigas, ficou mais ou menos à margem da onda imigratória italiana e, embora contasse com o elemento nacional para substituir uma parte do braço escravo, o Presidente da Província Rodrigues Alves afirmou em seu Relatório de 1888 que procurou interessar o Norte da Província no movimento imigratório, pois estava convencido de "que a entrada de trabalhadores estrangeiros concorrerá muito eficazmente para que se divyam as fontes da produção e se reanimem as culturas existentes".

A ação do governo

O crescimento da corrente imigratória se deve à ação conjunta de particulares direta ou indiretamente ligados à lavoura cafeeira e dos Governos Provincial e Imperial, que por meio de propaganda, auxílios financeiros e outros meios procuraram atrair imigrantes que impedissem a crise na lavoura por falta de mão-de-obra. Quanto mais progressos fazia a campanha abolicionista, tanto mais o Governo Imperial e principalmente o Provincial agiam para suprir de mão-de-obra as lavouras cafeeiras, pois ficou patente que o número de imigrantes chegados era inferior às necessidades. O governo daria auxílio diretamente à imigração; enquanto havia a colônia de parceria adiantava às vezes aos fazendeiros as somas gastas com a viagem dos imigrantes; depois passava-se a exigir um auxílio mais substancial. Tanto o Governo Central como o Provincial subvencionaram a imigração. É interessante notar que a lei

nacional de 28 de setembro de 1885, a dos sexagenários, destinava o produto de certos impostos ao pagamento de passagens de imigrantes. As leis sobre imigração tanto imperiais como provinciais, sucedem-se, e seria consativo enumerá-las e dar-lhes o conteúdo. Limitamo-nos, portanto, a fornecer um esboço sucinto dela.

Medidas e auxílios

A lei provincial de 30 de março de 1871 que autoriza o governo de São Paulo a emitir cédulas até a quantia de 600 contos para auxiliar com empréstimos os fazendeiros a introduzir colonos, recebendo estes, por sua vez, um auxílio de 20 mil-réis como ajuda de custo para a viagem, marca o início da imigração subvencionada para São Paulo e mostra as características da legislação imigracionista para essa Província. Note-se a importância dada à imigração pela Assembléa Provincial já naqueles tempos, pois a soma de 600 contos era realmente apreciável tendo em vista a renda da Província, calculada em 1 500 contos. Com a finalidade de promover a imigração mediante os favores concedidos pela lei de 1871 foi fundada a Associação Auxiliadora da Colonização e Emigração para a Província de São Paulo. A Província não poupou esforços, principalmente depois de 1880, para atrair imigrantes; prova disso temos nas somas gastas com os serviços de imigração e nas leis de 16 de julho de 1880, de 29 de março de 1884, de 11 de fevereiro de 1885, de 28 de maio de 1886, de 6 e de 11 de abril de 1887, de 3 de janeiro de 1888 que ampliarão os meios de ação do governo e regularizaram o serviço de imigração. Entre os favores que se concederam aos imigrantes destacam-se os regimentos: o governo dará aos imigrantes espontâneos um auxílio de viagem de 70\$000 para os motores de 12 anos, 35\$000 para os de 7 a 12 anos e 17\$500 para os de 3 a 7 anos. O auxílio pode ser concedido a sociedades ou empréscas que se comprometem a introduzi-las. Essas leis limitaram o auxílio aos imigrantes em família e que se dedicarão à agricultura.

Chegados à capital terão êles hospedagem grátis durante oito dias no alojamento provincial. Até seus lugares de destino as passagens e os fretes dos imigrantes serão pagos pelo governo nas estradas de ferro e na navegação fluvial. A soma gasta pela Província para introduzir imigrantes foi fabulosa. Em 1887, por exemplo, São Paulo despendeu 3 202 891\$704 para os serviços de imigração. As somas gastas foram em parte fornecidas por impostos sobre escravos. Graças a essas medidas São Paulo ficou muito mais conhecido do que o resto do Brasil, principalmente no Norte da Itália, de onde provinhu, como foi dito, a maior parte dos imigrantes para as fazendas de café durante o Império. Essas medidas beneficiaram tanto o fazendeiro que arriscou seu dinheiro mandando buscar imigrantes, que talvez não fossem capazes de reembolsá-lo, como o colono que assim podia escolher entre as fazendas que queiriam contratá-lo e que dessa maneira não ficava preso ao fazendeiro por dividas desde o começo.

A Hospedaria dos Imigrantes

Todos os presidentes da Província da última década do período imperial interessaram-se pela imigração. Entretanto, dos que mais se destacaram, foi o Conde de Parnaíba, Antônio de Queiroz Teles, cuja atuação no campo da imigração de "apósolo da imigração". Embora estivesse pouco tempo à testa da Província (1886-1887), as medidas por ele tomadas foram muito eficazes e as maiores cifras de imigrantes para a Província durante o Império (1887 — 32 112 e 1888 — 92 086) se devem a medidas por ele tomadas. Foi no seu governo que se construiu a Hospedaria dos Imigrantes no Brás, pois a velha hospedaria do Bom Retiro não mais comportava o grande número de elementos que se dirigiam à Província. A nova Hospedaria foi construída com todos os requisitos necessários para o fim a que se destinava e tinha acomodações para cerca de 4 000 imigrantes. Ali os recém-vindos podiam alugar-se gratuitamente durante oito dias e ali funcionava um verdadeiro mercado de trabalho, pois nela os fazendeiros iam procurar os colonos para contratar.

As sociedades de colonização

Da ação combinada dos Governos Provincial e Imperial com particulares surgiram as sociedades ou companhias de colonização, promovidas e muitas vezes subsidiadas pelos governos. No Rio de Janeiro nasceram inúmeras sociedades, merecendo ser destacada a Sociedade Central de Imigração. Sua finalidade era promover por todos os meios o aumento da imigração, patrocinando as reformas legislativas, visando ao bem-estar do imigrante, e fazer propaganda na Europa no sentido de destruir idéias falsas sobre o Brasil.

A Sociedade Promotora de Imigração

Como na Província de São Paulo todos se preocupavam com a imigração, surgiram em várias cidades associações tendentes a promovê-la ou a prestar auxílio aos imigrantes. Entre estas destacam-se a Sociedade Promotora de Imigração, que prestou grandes serviços à Província, trabalhando juntamente com o governo, na tarefa de atrair colonos para a lavoura. A Sociedade Promotora de Imigração foi fundada na capital da Província em 1886, sob inspiração do Conde de Parnaíba, por fazendeiros

"a fim de promover por todos os meios a introdução de imigrantes e sua colocação nesta Província, mediante os auxílios e subsídios determinados nas leis, e que lhe forem concedidos e não tem fim algum de especulação lucrosa mas se empenha por cidadão, no ~~que se propõe~~ modo a coadjuvar a administração e os poderes públicos" ... Martinho Prado Júnior, seu presidente, não mediu esforços para atrair imigrantes, especialmente italianos e no Relatório da Sociedade de 1887 ele afirma que "se a Sociedade Promotora até hoje tem introduzido somente italianos, e do Norte, não o fez por sistema, procurando afastar os de outras procedências. O motivo principal foi o já apontado, da preferência para os que são chamados, além da grande procura e predileção pelos trabalhadores desta nacionalidade, perfeitamente adaptados, pela moralidade e inextinguível amor ao trabalho, aos nossos desejos, se nos ~~quisermos~~ pronunciar com imparcialidade e justiça".

Martinho Prado Júnior, para melhor poder orientar os trabalhos da Promotora realizou várias viagens à Europa, assistiu ao embarque de italianos e os acompanhou para melhor sentir seus problemas. O governo contratava com a Sociedade Promotora de Imigração um número global de imigrantes que essa depois distribuiria para empresas particulares. A atuação da Promotora foi tão satisfatória que o próprio Conde de Parnaíba, Presidente da Província, afirmou em seu relatório que estava pensando em entregar a ela todo o serviço referente à imigração, logo que a Hospedaria ficasse pronta. O papel da Promotora foi principalmente moralizador: o governo italiano, que não via com bons olhos a emigração para o Brasil, adquiriu confiança na Sociedade que garantia imediato emprego para os imigrantes desde que fossem agricultores e não mais após obstáculos à emigração para São Paulo. A Sociedade preferia trazer imigrantes espontâneos ou os chamados por parentes e amigos já estabelecidos em São Paulo. O número de pedidos subia sempre mais, tanto é que no Relatório da Sociedade, em 1887, se afirma que ela tinha a seu dispor para embarque imediato cerca de 70 000 italianos. Essa Sociedade funcionou até 1895 e introduziu ao todo em São Paulo 126 145 imigrantes, em virtude de autorização do Governo Central ou de contratos com o de São Paulo.

Tanto o Governo Provincial como o geral procuravam trazer os imigrantes mediante contratos com as companhias e sociedades de colonização ou com os armadores. Contratos para a introdução de 40 ou 60 mil imigrantes não foram raros. Martinho Prado Júnior, em discurso na Assembléa Provincial em 1885, aconselhava contratos para introduzir 500 a 800 imigrantes mensalmente para aquele ano, sem esgotar a verba votada, pois os contratos em massa teriam as desvantagens "de encher a Província de pessoal superior as exigências da ocasião, não se poder fiscalizar o perfeito cumprimento do contrato e não se dispor de mais verba para conceder auxílio aos imigrantes espontâneos que por ventura cheguem".

Fraudes nos serviços de imigração

Nos serviços de imigração as fraudes de toda natureza foram muito comuns. Devido ao sistema de contrato, que vigorou principalmente antes de se fundar a Sociedade Promotora de Imigração, os empresários interessavam-se apenas no número de imigrantes e não na qualidade. Assim chegavam muitos vícios gente que não se destinava à lavoura e se fixava nas cidades, onde não havia muita possibilidade de encontrar trabalho, pois as indústrias ainda estavam imperfeitamente desenvolvidas. Os agentes recrutadores lançavam mão muitas vezes de promessas para atrair imigrantes, promessas essas que depois não eram cumpridas, o que causava desgostos entre os colonos, e suas reclamações só repercutiam desfavoravelmente no país de origem. Os diretores da Sociedade Promotora de Imigração diligiam-se principalmente com a ausência de regras preestabelecidas para a introdução de imigrantes por parte do Governo Imperial.

"O governo geral deve emendar-se de todos os vícios do passado em relação à imigração, e tomar como modelo São Paulo, romper todos os contratos, para conceder favores somente a imigrantes constituindo famílias, dos quais 90% deverão ser agricultores, fazendo o pagamento integral das passagens, ou redução das mesmas, preferindo sempre os chamados por parentes ou amigos residentes no país. A não ser por esse modo, continuará a desmoralizar-se a causa da imigração, e São Paulo ver-se-á na dura contingência de fazer propaganda sua exclusivamente, hostilizando a do Governo Geral, para escapar do seguro naufrágio que nos ameaça, com sua imprevidência."

É isso que se lê no Relatório da Diretoria da Sociedade Promotora de Imigração de 1887. Aliás, São Paulo sempre procurou resolver o problema de introdução de mão-de-obra por conta própria, pois nunca pôde contar com um auxílio muito eficaz do Governo Imperial. Finalmente também o Governo Central resolveu regulamentar a imigração, determinando que os auxílios só seriam pagos a imigrantes constituídos em famílias e a agricultores. Pelos contratos feitos em 1888, 85% dos imigrantes deviam ser formados por famílias de agricultores, dando-se preferência aos chamados por parentes estabelecidos no Brasil. Os cônsules e embaixadores do Brasil nas áreas de emigração terão que vigiar o cumprimento dessas determinações, além de verificar também as condições dos navios onde serão embarcados os imigrantes.

Com relação ao pagamento dos auxílios pela Província de São Paulo também apareceram inúmeros fraudes. Indivíduos desonestos, enganando os colonos, recebiam por procuração os auxílios devidos aos imigrantes, aos quais, entretanto, só davam uma parte muito pequena. Imigrantes que se destinavam a outras áreas que não a Província de São Paulo, dirigiam-se à Hospedaria, onde recebiam o auxílio e depois abandonavam a Província. Para sanar esses abusos, o Conde de Palmela determinou que o auxílio só seria pago depois de estarem estabelecidos 60 dias no lugar de destino.

A propaganda para atrair imigrantes Os autores que escreveram antes da era da grande imigração dos fins do Império apontaram como uma das causas da falta de interesse pela emigração com destino ao Brasil ausência de conhecimentos acerca do país, chamando sempre atenção para a propaganda dos Estados Unidos, da Austrália e dos países do Prato. Para sanar essa falta apareceram nas duas últimas décadas do Império inúmeras publicações sobre as condições do país e guias de emigrantes que foram profusamente distribuídos pela Europa. A Sociedade Promotora de Imigração publicou um trabalho A Província de S. Paulo em alemão, italiano e português numa edição de 80 000 volumes que foram distribuídos pela Europa e em especial pelo Norte da Itália. Os propagandistas sempre procuraram mostrar como era fácil em São Paulo fazer economias e como aí a vida era bem melhor do que na Europa. Martinho Prado Júnior relatou num jornal de Gênova em 1887 o que viu e sentiu na Itália: "Há mais de dois meses que estou no belo país italiano: percorri-o em tôdas as direções, estive muitas vezes em contato com a classe

deserdada que, interroguei, li uma grande parte dos livros que tratam da questão agrária, e forçosamente me conveni que vosso país atravessa uma bem difícil crise econômica, que merece a maior e mais séria atenção de vossos estadísticos, porque a miséria que atinge a classe de vosso proletariado, tende a dilatar-se com seu terrível contágio de males maiores e como remédio necessário e iminente não vejo outro meio senão a emigração". O aumento da corrente imigratória nos fins do Império também se deve portanto à intensa propaganda realizada na Itália pela Província de São Paulo, tanto quanto às condições difíceis que reinavam naquele país e à conjuntura favorável à mão-de-obra assalariada que se registrava nas fazendas de café paulista antes e depois da lei Áurea.

A posição da Itália em face da emigração para o Brasil

A propaganda, as medidas do Governo Provincial e Imperial para atrair imigrantes e a conseqüente avilanhada humana que se dirigiu da Itália para o Brasil (1877 — 13 582, 1888 — 104 353) alertou o governo italiano para os problemas decorrentes dessa emigração. Embora constituisse ela desde a Unificação, um fato importante da vida italiana, foram poucas as medidas legislativas tomadas para regulamentá-la. Por meio de circulares o governo italiano se limitava a desaconselhar ou a frear a emigração para tal ou qual país. Assim, viam-se dirigidos no norte da Itália, em 1881, avisos oficiais ou officiosos, dizendo que a emigração para o Brasil não mais seria permitida. Crispi, Ministro do Interior e Presidente do Conselho, depois da lei de 30 de dezembro de 1888 sobre emigração, emitiu o decreto de 13 de março de 1889 que "proibiu continuarem as operações de emigração ou de fornecer embarque a emigrantes para o Brasil". Esse decreto, apesar de ter diminuído muito o número de emigrantes para o Brasil para os anos de 1889 (36 124) e 1890 (31 275), nunca foi, entretanto, seguido à risca e a 17 de julho de 1891, Nicotera, sucessor de Crispi no Ministério do Interior, revogou o decreto, visto as condições do Brasil terem melhorado. De fato, na época do decreto Crispi grassava no Rio de Janeiro e em Santos uma epidemia de febre-amarela. Em consequência da revogação do decreto de Crispi, o número de imigrantes para o Brasil subiu em 1891 a 132 326.

O que mais preocupava as autoridades italianas era o fato de virem famílias inteiras, que poderiam passar necessidade, caso não encontrassem logo trabalho. A Sociedade Promotora de Imigração, entretanto, garantia o imediato emprego nas fazendas de café aos que fossem agricultores, desvaneendo-se assim as atividades do governo italiano acerca da permissão para a emigração de famílias com destino a São Paulo.

A chegada dos imigrantes

Os imigrantes chegavam a Santos, de onde eram levados às custas do Governo Provincial até a Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, onde recebiam hospedagem gratuita durante uma semana e onde as famílias eram contratadas pelos fazendeiros à procura de mão-de-obra para as lavouras de café. Ainda às custas

do Governo Provincial viçavam por estrada de ferro ou por via fluvial até seus lugares de destino. Na fazenda recebiam gerilmente a título gratuito uma casa para morar, um lote de terra para a cultura de mantimentos, pasta para vestir, um lote de terra para a cultura de cana-de-açúcar, e o número de catetos de que a família pudesse cuidar.

O contrato de trabalho na fazenda de café

O trabalho dos colonos estrangeiros foi regido de início pela lei de 1837, depois substituída pela de 1879, que, entretanto, apresentava inúmeras falhas e dava margem a incidentes entre fazendeiros e colonos. Autorizava, por exemplo, os contratos feitos fora do país e isso muitas vezes deu origem a atritos entre os fazendeiros e os colonos desconhecedores das condições brasileiras. Percebendo as desvantagens desse artigo, o Governo Provincial resolveu não subvencionar colonos que já tivessem assinado contratos nos países de origem com fazendeiros. Uma das principais causas de desvantagens foi o artigo que limitava para os estrangeiros a duração da locação de serviços a cinco annos. Esse período era considerado muito longo pelos colonos, principalmente quando não tinham encontrado um fazendeiro humano e honesto. Na realidade a lei de 15 de março de 1879 visava a proteger mais o fazendeiro do que o colono. Basta ver o número de artigos que protegem o fazendeiro contra as dividas dos trabalhadores rurais: de 33 artigos do capítulo III, onze se referem ás dividas dos locadores, e como o locatário deve agir para não ficar prejudicado. De outro lado, só 2 artigos se referem á falta de pagamento por parte do fazendeiro: o locador poderá invocar esse motivo como causa justa para despedir-se e finhar-se, executiva para conseguir do locatário o pagamento das dividas. O colono não se podia recobrar sem um certificado de seu patrão galeiar, no qual devia constar a divida por ventura existente. O não locatário era responsável pela divida e obrigade a reter a terça parte dos sedentos até o desembolso da mesma. Em caso de divida e accordo o prazo do contrato, o colono deveria servir o fazendeiro, caso elle o exigisse, durante um ou dois annos. Couty chama esse artigo de monstruoso, pois, diz elle, era fácil fazer com que o colono se endividasse. A lei de 1879 foi muito criticada pelos entendidos em imigração, pois os arritros originados repercutiam desfavoravelmente nos países de emigração. O Presidente da Provincia, Rodrigues Alves, em seu Relatório de 1888 chama por uma modificação dessa lei, achando que as Provincias e os Municipios deviam ter poderes para regular o trabalho. O francês Couty, ao contractar do holandês van Delzen Jaerne que achou a lei mais vantajosa para o trabalhador que para o fazendeiro, critica acerbamente, mostrando as dificuldades por que passa o colono italiano que quindou a criar uma riqueza da qudl, entretanto, não gozar:

“Mas esse contrato, esse contrato de 5 annos, esse contrato inferior em todos os pontos ás formas de meação mais simples, esse contrato não é bilateral. A esses que pretendam o contracto, pagando o que todo mundo conhece...” nós respondemos que não pode ser,

pois não há paridade entre o contratado e o contratante” Couty continua e acha que a lei de 1879 deve ser substituída: “o imigrante á sua chegada é considerado livre de qualquer obrigação e os contratos de mais de um anno são inercidados”.

Nos últimos annos do Império grosso não havia mais locação de serviço baseada na lei de 1879 em São Paulo. As condições da Provincia tinham mudado tanto que foram anulados os mais effectos dessa lei, principalmente no que diz respeito ao período de 5 annos. Havia uma grande oferta de mão-de-obra devido ás grandes levas de imigrantes; esses por sua vez facilmente encontravam trabalho. Predominavam os enqajamentos verbais que a qualquer momento podiam ser rescindidos por ambas as partes.

O trabalho do colono italiano na fazenda de café

O trabalho do colono na fazenda de café consistia no tratamento do cafézal, isto é, na capinação, no replante das folhas, na limpeza das árvores, na varredura, no espalhamento da varredura e na colheita. As carpas obrigatorias eram geralmente quatro, ás vezes cinco. O colono realizava seu trabalho no cafézal sem fiscalização e dispunha de seu tempo como bem entendesse. Imediatamente, porém elle verificou que quanto melhor tratasse seu cafézal, tanto melhor sua colheita e, portanto, maior seu lucro, pois recebia, como já foi dito, pelo tratamento de 1 000 pés de café e pela quantidade de café colhido. Um adulto podia facilmente cuidar de 2 000 pés de café. Cada família recebia o número de pés que os membros juntos pudessem cuidar. As vezes, apenas alguns membros conseguiam fazer todo o trabalho no cafézal, os outros podendo dedicar-se ás suas pequenas roças; mas por occasião da colheita todos participavam, inclusive as crianças. O preço pago ao colono italiano variou conforme a época, a fazenda, a colheita melhor ou mais fraca, a valorização ou não do produto etc. De maneira geral, na última década do periodo imperial, quando se fez sentir mais fortemente a imigração italiana, o colono recebia de 40\$000 a 50\$000 annuis para tratar de 1 000 pés de café e de 300 a 600 réis por quatre (*) de café colhido. Segundo cálculos da Comisso Central de Estatística, em seu Relatório de 1888, uma família, composta de cinco adultos recebendo 50\$000 para cuidar de 1 000 pés de café e 300 réis por 50 litros de café colhido poderia economizar num anno 1.000\$000. Os propugnadores da imigração italiana sempre combateram a redução dos salarios, pois reconheciam que a perspectiva de bons lucros era o que atraía os imigrantes. As economias dos italianos tinham duas finalidades: enviar para os membros da família, que por ventura ficaram na Itália, ou então comprar um pequeno lote de terra.

(4) A capacidade do alqueire variou de região para região e de fazenda para fazenda. Em geral um alqueire continha 40 a 50 litros. Essas diferenças davam, não raro, origem a atritos entre fazendeiros e colonos.

Situação econômica dos colonos

Alfred Marc em seu livro *Le Brésil*, publicado em 1890, transcreve duas listas de colonos com as quais pretende demonstrar a última situação dos mesmos nas fazendas de café paulistas. Em 1888 na fazenda Campo Alto, em Araras, de Martinho Prado, apesar de terem entrado naquele ano e de terem tido necessidade de comprar tudo, 60 colonos italianos apresentam um saldo a seu favor, enquanto só quatro ainda tinham dívidas para com o proprietário. Na fazenda de Martinho Prado Júnior em Ribeiro Preto, no mesmo ano, 88 dos colonos antigos, tinham economicas e quatro ainda deviam algo ao proprietário. Dos que entraram para o serviço nos últimos meses de 1888, treze tinham dívidas e oito já contavam com algumas economicas. Naturalmente esses dados não podem ser generalizados, principalmente porque se tratava de fazendas de café importantes, onde, ao que se pode deduzir, o tratamento dispensado aos colonos era exemplar. Não se deve esquecer que uma das fazendas era de Martinho Prado Júnior, o grande propugnador da imigração italiana.

Se os propugnadores da imigração e os autores otimistas sempre procuraram mostrar que o trabalho na fazenda de café era um instrumento de enriquecimento dos imigrantes, há também os pessimistas que descrevem a miséria dos colonos que substituíram os escravos, mostrando condições de vida indignas de um homem livre e acrescentando que cada colono assinalava o túmulo de um italiano.

A renda do trabalho no cafézal era na realidade para a maioria dos colonos italianos um lucro líquido, pois dispunham de terras suficientes para cultivarem seus próprios mantimentos; só precisavam comprar o sal e o açúcar. Antes de poder colher seus próprios mantimentos, o fazendeiro fornecia-lhes os gêneros necessários, que eram pagos mais tarde, ou então lhes fazia um empréstimo em dinheiro. Os colonos italianos recebiam pequenas roças, geralmente dois hectares, onde plantavam milho, arroz, feijão, batatas, legumes e às vezes até videiras. Em alguns casos era permitida a cultura de cereais entre os cafeeiros. O produto dessas pequenas roças pertencia inteiramente aos colonos. Podiam criar galinhas, porcos, cabras e ter, conforme a fazenda, vacas ou cavalos, recebendo, portanto, um terreno para pasto. Os colonos viviam, assim, de suas roças e de sua pequena criação. As sobras eram vendidas, e o lucro servia para pagar as outras despesas de manutenção ou para juntar às economicas provenientes do trabalho no cafézal. Juntando a isso ainda o jornal de um serviço extraordinário, podiam às vezes fazer economicas razoáveis.

Formação de cafezais

Às vezes o colono também era chamado para prestar serviços extraordinários, recebendo então por dia. O pessoal móvel da fazenda como os carpinteiros, os que derrubavam a mata etc. quase sempre era formado pelo elemento nacional, às vezes também aparecia o italiano. Para a formação do cafézal entregava-se a terra a um

empreiteiro, que plantava os cafeeiros e entre esses podia cultivar cereais; decorridos quatro anos entregava o cafézal formado e recebia um tanto por pé plantado. Entre esses empreiteiros também aparecem italianos, embora predominassem os nacionais. Antigos colonos italianos que já estavam familiarizados com a cultura do café e que possuíam algumas economicas plantavam cafezais em empreitada. Como pudessem cultivar cereais nessas terras até entregá-las, essas empreitadas facilitavam o acúmulo de somas relativamente grandes em poucos anos de trabalho aos colonos italianos. Assim sendo, empreitada para plantar café era procurada pelos imigrantes que já estavam em condições de trabalhar sózinhos, mas cujas economicas ainda não eram suficientes para comprar um lote de terra.

Mudança nos hábitos da alimentação

Com essas pequenas culturas, os italianos contribuíam de maneira decisiva para mudar os hábitos alimentares dos paulistas, como já acontecera antes, embora em escala menor, com os suíços e alemães. Verduras, legumes e frutas foram tidas pelas imigrantes italianas, passando a fazer parte da alimentação dos paulistas em escala sempre maior. A venda das sobras pelos colonos aumentou a disponibilidade de gêneros alimentícios nas áreas cafeeiras, tornando o problema do abastecimento menos grave, já que, em algumas fazendas dependentes ainda do braço escravo, havia pouca preocupação com as culturas de subsistência.

O colono e o escravo

Os fazendeiros logo perceberam naturalmente a superioridade do braço livre no que diz respeito à produção de café nas fazendas. O colono, diretamente interessado no volume do café produzido, cuidava bem do cafézal e assim conseguir, não raro, o dobro do escravo. No cafézal tratado por escravos a produção de 1 000 pés era de 30 a 40 arrôbas de café beneficiado, ao passo que no tratado pelos colonos italianos a produção era de 80 a 100 arrôbas. Na época em que Louis Couty escreveu seu livro *Le Brésil* em 1884, ainda não eram muito comuns as fazendas de café que dispusessem só de colonos; na maioria dos casos os colonos trabalhavam ao lado de escravos, sem que isso acarretasse problemas de maior gravidade para qualquer das partes. Na realidade não foi o contato com os negros escravos que deu origem às ideias dos colonos, e sim, a mentalidade escravocrata dos fazendeiros que não conseguiram entender as aspirações dos imigrantes e nem que tratavam com pessoas livres. Essa mentalidade foi a causa de muitos erros e, não raro, de dissabores, inclusive, para as autoridades provinciais, pois esses choques funcionavam como contrapropaganda na região. O peço muitas vezes se imiscuía nos assuntos domésticos dos colonos, que não eram considerados como colportadores, mas sim como trabalhadores inferiores. A disciplina dentro da fazenda era realmente um problema, sobretudo quando ainda havia escravos ao lado de trabalhadores livres. E quase sempre era nesses casos que os fazendeiros se excediam, esquecendo-se que estavam tratando com homens livres. Os italianos todavia preferiam as fazendas

com disciplina mais rígida, que impedia os desordens, pois havia assim mais paz para trabalhar e produzir. As vezes era a falta de liberdade de movimento, as ordens dadas com rispidez, um administrador acostumado a lidar com escravos e julgava poder agir da mesma maneira com os colonos, a causa das inúmeras queixas e conflitos entre fazendeiros e imigrantes. Contratos assinados por pessoas incultas e desconhecidas do país, cujos itens traziam marcadamente a influência do regime servil, prendendo demais o colono à terra, também davam origem a atritos (7).

Uma das conseqüências do contato do elemento servil com o trabalhador livre foi, sem dúvida, a aceleração do movimento abolicionista. O escravo vendo o homem livre trabalhando ao seu lado, mas recebendo uma recompensa financeira pelos seus serviços, dificilmente se conformava por mais tempo com sua condição. Os italianos muito contribuíram para o progresso das idéias emancipacionistas. O mascate italiano, que percorria as fazendas procurando vender suas mercadorias, era um verdadeiro propagandista das idéias de liberdade. Esse mascate, uma figura típica das fazendas já na última década do Império, entrava em contato com os escravos e os punha a par das últimas novidades do movimento abolicionista. Aconselhava, não raro, a fuga. Ao sucesso da mão-de-obra assalariada se deve na Província de São Paulo a aceleração dos movimentos abolicionistas; daí as difíceis em massa nos últimos anos do regime servil e as grandes fugas em 1837.

Para se ver até onde ia a mentalidade escravocrata *As condições de vida dos colonos italianos nas fazendas paulistas* de certos fazendeiros, basta lembrar que alguns resolveram acomodar os colonos nas antigas senzalas, o que naturalmente provocou grandes descontentamentos. Por sorte, isso constituiu exceção e os fazendeiros forneciam aos colonos quase sempre habitação gratuita. Os colonos viviam em casas de tijolo ou taipa agrupadas em determinado lugar da fazenda, geralmente não muito afastado da sede. Couty descreve as casas de uma colônia que visitou e compara as moradias dos italianos às dos camponeses do Limousin, dizendo que aí encontrou a mesma hospitalidade, o mesmo orgulho e amor por seu lar. Nem todos os autores, entretanto, se revelam tão otimistas, mostrando a precariedade das instalações dos colonos. Casas mal construídas e com cômodos pequenos, com chão de terra batida, não ofereciam o necessário conforto aos imigrantes que tinham deixado sua terra em busca de condições melhores. Como veremos adiante um dos problemas do colono assalariado era a sua instabilidade. Alguns fazendeiros perceberam que podiam prender os colonos mais facilmente à terra oferecendo-lhes casas

(7) Pierre Denis nos conta que, em sua viagem no início deste século por São Paulo, encontrou uma família de italianos que assinara um contrato no qual constava que ela própria se tinha vendido como escrava. Graças à proteção do governo brasileiro, essa família conseguiu reaver a liberdade.

melhores e mais confortáveis. Surgiram assim em algumas fazendas colônias com casas simples, mas bem construídas e razoavelmente confortáveis.

A alimentação, graças às pequenas roças e à criação, era bastante boa e variada, como ressaltam alguns contemporâneos, a vida dos imigrantes italianos nas fazendas às vezes era melhor do que na sua pátria. Um problema que surge no tocante ao abastecimento, é o da necessidade de se fazerem as compras nos armazéns da própria fazenda, devido às grandes distâncias que separavam as fazendas das vilas. Os colonos muitas vezes reclamavam contra os abusos verificados em preços e medidas cometidos pelos responsáveis desses armazéns.

Se do ponto de vista material, suas condições de vida nas fazendas de até paulistas em geral eram boas, o mesmo não acontecia quanto ao aspecto social. Sentiam-se os colonos desorientados, sem estímulo e sem participação na vida em grupo. Isso acontecia principalmente com os recém-vindos que sentiam nostalgia da pátria, onde nos campos a vida social era bem mais intensa, interessante e cheia de satisfações morais. O despoimento e as grandes distâncias que separavam as colônias de fazendas vizinhas impedindo um contato mais freqüente com as vilas eram também responsáveis pela ausência de relações sociais mais satisfatórias. Alessandro d'Alvi que esteve em São Paulo em 1894-1895, descrevendo a fazenda de Santa Verdiana de Antônio Prado, mostra que no terreno

“os trabalhadores italianos repetiam em côro cânticos populares das suas longínquas aldeias. Mas aquilo não era canto, era um lamento modulado sobre cânticos antigos; as quais lhes recordavam os doces e ocultos domingos transcorridos na igreja da aldeia nativa, ao tédico hábito do sol da Itália. Triste espetáculo — mais triste sentimento”.

Naturalmente com o tempo esse aspecto negativo se foi desfazendo, e então aparecia a possibilidade de participação numa vida de grupo com suas alegrias e distrações. Ernesto Bercarelli que visitou São Paulo no começo deste século, depois de falar na sensação de isolamento que se tinha nas colônias italianas das fazendas cafeeiras, afirma que

“o colono não tarda em transplantar para a fazenda os seus hábitos e seus costumes, e nos dias de festa se canta e dança e se converte na fazenda como em uma qualquer aldeia italiana. As vezes não falta nem mesmo a banda e transplantam-se além-oceano tradições suíças a dez mil quilômetros de distância, e se enarrazam festas vindas de longe e continua assim mudada e transformada a boa e alegre tradição camponesa italiana”.

Os italianos reuniam-se nos domingos para conversar, jogar cartas, para um baile ou então para visitar a colônia vizinha. No interior de São Paulo apareceram inúmeras sociedades recreativas e, às vezes, até culturais fundadas por italianos, onde a música tinha um papel de destaque. As bandas

italianas proliferaram. Também surgiram alguns jornais italianos que ajudaram os colonos a se sentir menos isolados. Em 1882, por exemplo, publicava-se em São Paulo o *Corriere d'Italia*, com tipografia própria e uma tiragem de 2.000 exemplares, a qual, comparada com o número de imigrantes italianos que vinham naquela época, era bem considerável. Em algumas fazendas havia até capelão e professor italianos. Entretanto um dos grandes problemas do colono era justamente a falta de escolas e de assistência médica. Às vezes, colonos conseguiram fazer economias razoáveis e não tinha possibilidade de dar uma educação aos filhos. Em casos de doença, além da dificuldade de conseguir assistência médica, as economias ficavam sempre comprometidas.

Os colonos italianos aprenderam o português com relativa facilidade e mesmo entre si, não raro, abandonaram o uso da língua materna. Para isso contribuiu o fato de os italianos provirem de áreas diferentes e, portanto falaram dialetos que, às vezes não eram compreendidos pelos outros, de sorte que preferiam o português para se comunicarem. Bercarelli mostra que

“os italianos não só aprenderam a língua portuguesa, mas assimilaram palavras e modos de dizer, construindo uma nova língua colonial que constitui a mais alegre manifestação fônica”.

Em geral os colonos italianos nas fazendas de café adaptaram-se rapidamente às novas condições de vida e aos usos e costumes da terra em que se fixaram.

A instabilidade do } Em São Paulo havia sempre uma grande instabilidade
colono italiano } na população agrícola. Pierre Denis no começo deste
século chega mesmo a afirmar: “A instabilidade dos trabalhadores agrícolas é o traço mais frísante da vida moral do Estado de São Paulo. Reflete tudo o que há de original, de artificial mesmo, no desenvolvimento rápido da grande cultura cafeeira”. Os fazendeiros preferiam contratar famílias a solteiros, pois, além de outras vantagens, a família garantia uma estabilidade maior na fazenda e menor desejo de repatriamento. Como é natural, na época da colheita a população flutuante da Província era grande. Atraídos por altos salários nas boas colheitas, e, sendo o pessoal das fazendas insuficiente, afiliam às áreas cafeeiras, colonos dos núcleos coloniais da própria Província de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Paraná e até de Santa Catarina. Ajudavam na colheita e depois voltavam para seus pontos de origem. Muitos preocupavam-se com a instabilidade dos colonos nas fazendas, pois julgavam-na prejudicial ao desenvolvimento econômico da Província. Uma das queixas mais frequentes contra os colonos italianos era sua instabilidade. Abandonavam em massa as fazendas, ocorrendo grandes prejuízos aos fazendeiros, que, naturalmente, não raro, tinham culpa no descontentamento dos colonos. Mesmo os bons fazendeiros, entretanto, tinham êsses problemas depois da colheita, pois em regra, quando já tinham recebido os lucros, os

colonos abandonavam a fazenda. Em geral, dirigiam-se para outra fazenda onde qualquer coisa os atraía ou onde julgavam poder viver melhor. Dentro do processo normal de ascensão social, outros dirigiam-se para as cidades onde se tomavam pequenos comerciantes ou onde iam exercer um ofício mecânico. As cidades de São Paulo já nos últimos anos do Império apresentavam grande número de italianos, muitas vezes ex-colonos de fazendas de café. Outros ainda, que reuniram um pequeno pecúlio abandonavam a Província para se repatriarem ou para se dirigirem aos países do Prata. O problema do repatriamento, entretanto, não era grave em São Paulo, principalmente porque o colono vinha com família, o que o prendia à terra de adoção. É essa a diferença com a Argentina, para onde só emigravam solteiros para trabalhar temporariamente em obras públicas ou nas colheitas e onde relativamente poucos se estabeleciam. Só nos primeiros anos deste século as estatísticas revelam um excedente de saídas sobre as entradas em São Paulo.

O colono assalariado } Outra causa do abandono da fazenda era o desejo de
e o núcleo colonial } comprar uma pequena propriedade com as economias
feitas na fazenda. A compra de um lote de terra era possível principalmente nos núcleos coloniais fundados pelo Governo Imperial ou Provincial e por particulares ou sociedades. Durante todo o século passado houve discussões na imprensa, na Câmara dos Deputados, no Senado, na Assembléa Provincial de São Paulo, nas Câmaras Municipais etc. sobre as vantagens e da introdução de imigrantes unicamente para servir de mão-de-obra nas grandes propriedades. Os fazendeiros paulistas sempre foram contra a doação de terras aos imigrantes, pois não lhes interessava a existência de uma classe de pequenos proprietários; o que queriam era imigrantes para a grande lavoura do café. A formação de núcleos coloniais era contrária a seus interesses, pois os imigrantes que tivessem algum dinheiro se dirigiam para aí e os outros, logo que tivessem algumas economias, abandonariam as fazendas para comprar um lote de terra. Já em 1828, muito antes, portanto, do grande progresso da cultura de café no Oeste paulista, o Senador Vergeiro, por ocasião da introdução dos primeiros colonos alemães, assim se exprimia no Conselho de Presidência paulista:

“... e chamar colonos para fazê-los proprietários à custa de grandes despesas, é uma prodigalidade ostentosa, que não se compadece com o apuro das nossas finanças”.

Esse senador combateu também no Senado a criação de núcleos coloniais. A lei de terras de 1850, pela qual foi proibida a cessão gratuita de solos demonstra nitidamente a influência dos grandes fazendeiros, que, dessa maneira, queriam impedir a doação de lotes aos imigrantes.

Aspirações dos imigrantes

Fezia-se em São Paulo verdadeira utopia da grande propriedade, achando-se que só ella era responsavel pela riqueza de um país e que a aquisição dos benefícios da civilização só seriam possíveis com sua existência. Essas idéias, é lógico, eram contrárias aos interesses dos imigrantes que ao abandonarem seu país so-nhavam com a aquisição mais cedo ou mais tarde de seu pequeno lote. Muitos paulistas compreendiam isso e trabalhavam para que o imigrante tivesse a oportunidade de ter uma propriedade. É interessante notar que Antônio Prado, apesar de pertencer à importante família de fazendeiros de São Paulo, defendeu quando Ministro da Agricultura e principalmente quando senador por São Paulo, a criação de núcleos coloniais e de uma legislação que favorecesse a divisão das grandes propriedades para possibilitar a aquisição de terras ao imigrante. Achava que com o aumento da imigração e tendo os colonos acumulado capitais suficientes, seria vantajoso aos grandes proprietários subdividir suas terras para vendê-las aos mesmos. O officio da Sociedade Central de Imigração do Rio de Janeiro de 13 de agosto de 1889 ao Presidente da Provincia de São Paulo, por exemplo, é um violento libelo em favor da criação de bases necessárias para atender às aspirações do imigrante, pois esse não teria abandonado seu país de origem para viver como nômade à procura de um salário, mas sim para se tornar pórtão absoluto de uma propriedade territorial. A maioria dos imigrantes considerava o trabalho na fazenda de café como passageiro. Economizava para se fazer proprietário. A possibilidade de conseguir um lote de terra dentro de alguns annos era o grande chamariz para os imigrantes italianos, que em seu país tinham poucas oportunidades semelhantes.

A facilidade de encontrar immediato trabalho nas fazendas, não deixava, entretanto, de ser uma vantagem, inclusive para os que vinham com peculho sufficiente para comprar um lote. Mesmo autores italianos, que conheciam as condições de trabalho e de vida nas fazendas de café paulistas, aconselhavam aos recém-vindos um estêgio nellas. Recomendavam aos imigrantes procurar trabalho nas grandes fazendas de café nas áreas mais ricas, onde devia a solvabilidade dos proprietários havia segurança para o pagamento do trabalho realizado. A fazenda servia de escola prática para os recém-chegados, que desconheciam tudo acerca do país. Ali se podiam acclimar e aprender os métodos agrícolas empregados. Depois, quando se estabelecessem por conta própria, os conhecimentos adquiridos nas fazendas de café evitariam os prejuizos causados pela inexperiência. Os guias de emigrantes, os livros acerca do Brasil e as autoridades ligadas aos serviços de imigração aconselhavam sempre o imigrante a localizar-se primeiro nas fazendas e adquirir a prática necessária para não perder o dinheiro que porventura tivesse em tentativas fadadas ao insuccesso, se se estabelecesse logo no início por conta própria. É verdade que esses conselhos vinham dos que se interessavam pela obtenção de braços para a lavoura cafeeira, querendo portanto adiar a compra de um lote pelo imigrante. Em publi-

cação official italiana de 1893 chama-se atenção para o facto de muitos emigrantes

“sob a miragem de poucos lotes de terrenos demarcados, situados em regiões apenas exploradas e quase isoladas de qualquer comunicação”.

e depois, para não morrerem de fome, terem de empregar-se nas fazendas de café.

O governo criou colônias também para assegurar a colocação de imigrantes, caso a corrente imigratória continuasse a engrassar sempre mais e as fazendas de café tivessem chegado ao ponto de saturação de mão-de-obra. Terras incultas em tômo das principaes cidades foram subdivididas e vendidas aos antigos colonos das fazendas de café, os quaes si se dedicavam à pequena lavoura, destacando-se a cultura da vinha. Ubaldo A. Moriconi assinala a existência nos arredores de São Paulo de incalculavel número de chácaras cultivadas com pomares, hortas e vidieiras de propriedade de trabalhadores italianos. Mesmo na formação da pequena propriedade havia interesse em que o imigrante se dedicasse à cultura do café, assim, pela lei de novembro de 1884, o Governo Provincial deverá dar preferência aos contratos para a formação de pequenas propriedades aos particulares ou às sociedades que se dispusessem a vender aos imigrantes lotes próprios para a cultura do café.

A contribuição do colono italiano } A imigração italiana se deve, sem dúvida, o grande desenvolvimento de São Paulo na última década do Império

e durante os primeiros tempos da República. É evidente que o progresso se fez sentir principalmente alguns annos depois de estabelecidas as primeiras grandes levadas de imigrantes italianos; foi, portanto, na última década do século XIX que se percebeu um desenvolvimento ímpar. Esse progresso deve-se quase que exclusivamente ao formidavel aumento das plantações de café. De 1885 até o fim do século todos, absolutamente todos, se preoccuparam com a formação de novos cafezais. Existiam em São Paulo em 1887 cerca de 180 milhões de cafeeiros, mas dessa data até 1895 serão plantados cerca de 500 milhões e isso graças à colaboração inestimavel do imigrante italiano. Vê-se, portanto, como, depois que a imigração italiana foi definitivamente canalizada para São Paulo, a Provincia foi tomada por uma verdadeira febre de plantação de café. É lógico que houvesse depois, como decorrença, na República, crises de superprodução bastante séria, tanto que em 1903 hão de ser prohibidas novas plantações. Na década de 80 a produção brasileira ultrapassou a dos outros países reunidos. A maioría do café vinha de São Paulo, pois as primeiras áreas produtoras — Minas Gerais e Rio de Janeiro — já se encontravam em crise. A receita proveniente de taxas sobre a exportação de café aumentou consideravelmente; em 1888 era de 3 000 contos, depois de 1892 era de mais de 25 000 contos annuaes. O café apresentava a maior parte do valor das exportações por

Santos. Do valor total da exportação de Santos 35 868 615\$066 em 1886, o café fornecia 35 719 006\$396; em 1897 do valor total de 74 199 731\$823, o café participava com 74 112 838\$285.

Em face das receitas e dos lucros provenientes do aumento da exportação de café, as somas gastas por São Paulo para fomentar a imigração tornavam-se irrisórias. Todos, desde que se brodava na Província por um auxílio efetivo por parte do governo para fomentar a imigração, achavam que os benefícios decorrentes do trabalho do imigrante compensariam em pouco tempo os sacrifícios financeiros que São Paulo as impunha para subsidiar a vinda de colonos estrangeiros para as fazendas de café. O Conde de Pernambuco, em sua exposição a Rodrigues Alves, seu sucessor na Presidência de São Paulo, justificava as medidas em favor da imigração:

“É necessário tomar medidas dessa ordem e importância sem vacilar, para não comprometer o futuro da Província e estancar a fonte de sua receita. Os ónus, por demais pesados, que a Província contraiu para esse fim, serão largamente compensados em futuro não remoto, pelo aumento da riqueza pública e pela prosperidade crescente de seus laboriosos habitantes”.

*Imigração italiana
como fator da
industrialização*

Como conseqüência da imigração italiana houve o desenvolvimento de outras atividades econômicas. Vai surgindo em São Paulo uma infra-estrutura nova para satisfazer às exigências da propagação dos catézeis e do aumento do número de colonos italianos. Indústria e comércio receberam imediatamente o impacto dessa grande corrente imigratória. O comércio sofreu profundas alterações em decorrência do aumento dos catézeis, da população e do aparecimento do italiano. Este, com exigências novas de consumo, transformou a estrutura comercial existente e característica de uma sociedade escravocrata, onde a classe trabalhadora praticamente não funcionava como consumidora. Nas cidades do Oeste paulista e na capital surge o tipo de estabelecimento comercial que tem como principal finalidade abastecer a nova espécie de gente que ia aparecendo nas fazendas de café, com gêneros alimentícios, vestuário e instrumentos de trabalho etc. A classe trabalhadora passa a ser também consumidora. Para suprir essa maior demanda, surgem as indústrias que começam a produzir artigos até então desconhecidos ou somente conseguidos através da importação.

A industrialização em São Paulo está nitidamente ligada à grande imigração, podendo o italiano aparecer como empresário, às véses bem modesto, em outros casos já com meios maiores, ou como trabalhador assalariado. A indústria e o artesanato sofreram a influência dos italianos, que abandonando as fazendas, foram estabelecer-se nas cidades e dos que, exercendo atividades ligadas à indústria na Itália, conseguiram contornar as exigências da legislação que no caso dos imigrantes dava preferência aos agricultores. Inicativas industriais e de artesanato, ligadas a italianos, aparecem desde a década de 1880 tanto na cidade de São Paulo como no

Interior. Destacam-se indústrias alimentícias, antes praticamente desconhecidas, introduzidas pelos colonos italianos em virtude de seus hábitos de consumo.

*Outras atividades dos
imigrantes italianos*

A imigração italiana e a extensão da viagem férrea estão intimamente ligadas. A estrada de ferro, que naquelas anos penetra rapidamente o Interior, facilita sobremaneira a ida dos colonos às fazendas e, sem dúvida, as maiores facilidades de transporte funcionavam na Itália como um chamariz para os emigrantes. Os colonos, por sua vez, também contribuíram, como mão-de-obra mais experiente, para o progresso verificado no setor desse meio de comunicação. Grande número de italianos, antigos colonos das fazendas de café ou então imigrantes urbanos foram atraídos pelos trabalhos nas estradas de ferro. Moriconi relata por exemplo que, em 1897, as oficinas mecânicas da Companhia Mogiana em Ribeirão Preto davam trabalho a centenas de operários, na maioria italianos.

O mercado de capitais também sofreu modificações, surgindo nas cidades do Oeste paulista numerosos pequenos bancos com a finalidade de atrair as pequenas economias dos colonos italianos residentes nas fazendas de café. Esses bancos por sua vez incentivaram as atividades comerciais e industriais, contribuindo também para a penetração da fronteira do povoamento com a criação de novos catézeis.

O panorama urbano

As cidades paulistas, além das transformações causadas pelo estabelecimento da atividade comercial e industrial, e da conseqüente modificação das classes urbanas tanto do ponto de vista econômico quanto social, também sofreram alterações em seus aspectos. A arquitetura, por exemplo, recebe profunda influência de operários e mestres-de-obras italianos. O aspecto das cidades surgidas nas áreas onde se localizou o colono italiano, como mão-de-obra das fazendas de café, difere profundamente do que prevalece onde o trabalho era realizado pelo escravo.

Panorama cultural

Também nos aspectos culturais São Paulo sofreu a influência do imigrante italiano. Além das grandes levadas de imigrantes destinados às lavouras cafeeiras, vinha gente culta, professores, artistas, músicos, jornalistas, escritores que não deixaram de exercer sua ação sobre a sociedade paulista. Novos gostos e atitudes mentais apareceram e penetrar no pensamento paulista a partir das primeiras grandes levadas de imigrantes. Ideias socialistas e mesmo anarquistas aparecem aqui e acolá à espera de um proletariado urbano capaz de aproveitá-las para suas reivindicações. Basta lembrar que 20 anos depois da primeira grande leva de italianos haverá condições em São Paulo para A. Piccarollo publicar *O Socialismo no Brasil*.

Grças à imigração italiana a abolição da escravidão não resultou em catástrofe econômica para a fazenda de café, como aconteceu em outros

setores: pelo contrário foi devido a substituição do braço escravo pelo livre que ela progrediu tanto.

Valorização social do trabalho

Devese ao imigrante em geral, e no caso de São Paulo especialmente aos italianos, a reabilitação do trabalho manual e da terra, que no Brasil, em consequência do regime escravocrata, era considerado degradante. Pouco a pouco o imigrante deixava de ser considerado um "escravo branco", porque trabalhava a terra. À medida em que se verificava a ascensão social do colono assalariado, a ideia de que o trabalho da terra era desonroso, desaparecia, principalmente porque certo número de colonos das fazendas de café conseguia, depois, destacar-se em vários setores econômicos ou na própria lavoura, ou na indústria, ou no comércio. A atitude com relação ao trabalho da mulher também sofreu modificações. Enquanto antes as mulheres livres só raramente saíam do setor doméstico e praticamente nunca foram colaboradoras no trabalho da lavoura, as italianas contribuíam com seu trabalho na roça, principalmente por ocasião da colheita. O trabalho feminino ficou assim enquadrado dentro das atividades produtivas. Não se deve esquecer que também as crianças contribuíam com seu trabalho tanto nas pequenas roças de mantimentos, como no cafézal sobretudo na colheita. Os que visitavam as colônias de italianos ficavam impressionados com o número de crianças existente, em contraste com o que se dava onde predominava o escravo. As condições em que foi realizada a imigração explicam o grande número de filhos dos italianos que tinham necessidade de mais braços para aumentar suas rendas.

Se São Paulo tanto progredia graças à imigração italiana, esta não deixava de ter repercussões favoráveis para o país de origem dos colonos. Primeiramente desaparecia parte da mão-de-obra desempregada. Além disso, muitos colonos tentaram a enviar para as famílias no Reino o produto de suas economias. Graças ao estabelecimento de tão grande número de italianos e devido à melhoria gradativa de seu padrão de vida, a península encontrou aqui bom mercado consumidor, aumentando as suas exportações para Santos.

CAPÍTULO VII

O PROGRESSO ECONÔMICO E O TRABALHADOR LIVRE

I. INTROITO

ÉSTE estudo destina-se a descrever o modo pelo qual o trabalhador livre surge na sociedade brasileira, na segunda metade do século dezanove. Para isso, examinam-se as condições econômicas e sociais, no âmbito das quais aquele fato adquire tódica a sua significação.

A abolição e o próprio abolicionismo explicam apenas parcialmente a transformação do escravo em trabalhador livre. Os processos econômicos e sociais responsáveis pela expulsão do escravo da esfera dos meios de produção são os mesmos que provocam o dilúvio de imigrantes e, em menor escala, o deslocamento de caboclos e roceiros para as fazendas de café e os núcleos urbanos.

Ao apunhar o modo pelo qual a mão-de-obra se insere no processo produtivo, nas condições reais da economia nacional, explicam-se as transformações responsáveis pelas modificações na composição e na estrutura da camada dos trabalhadores agrícolas, artesanais e fabris. Nesse quadro, o imigrante e o escravo são vistos como trabalhadores, isto é, produtores de valor. Em particular, a imigração e a abolição aparecem como manifestações do processo mais amplo de formação do mercado de mão-de-obra baseado no trabalhador livre.

2. CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO

Dentre os acontecimentos importantes à explicação da sociedade brasileira, durante o século dezanove, destacam-se o intercâmbio econômico com a Inglaterra e, internamente, a organização escravocrata do trabalho produtivo. No plano internacional, o Brasil é fornecedor de café, açúcar, fumo, couros e peles, erva-mate, arroz, cacau, madeiras, borracha, de cujo comércio obtêm os recursos para a manutenção da administração pública, a criação de novos serviços, o estímulo à indústria privada etc. No plano